



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES**

**LAUDÉCY RODRIGUES DE ANDRADE ALVES**

**DIFERENTE É SER IGUAL: A INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO CONTEXTO  
EDUCACIONAL**

PRINCESA ISABEL - PB  
2014

**LAUDECY RODRIGUES DE ANDRADE ALVES**

**DIFERENTE É SER IGUAL: A INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO CONTEXTO  
EDUCACIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado de Educação – PB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista. Com concentração na Linha de Pesquisa. Linha de Pesquisa – **Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas.**

**Orientador:** Prof. Me. José Emerson Tavares de Macêdo

PRINCESA ISABEL - PB  
2014

A474d Alves, Laudecy Rodrigues de Andrade

Diferente é ser igual [manuscrito] : a inclusão de crianças com necessidades especiais no contexto educacional / Laudecy Rodrigues de Andrade Alves. - 2014.

54 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profº. José Emerson Tavares de Macedo, Departamento de História".

1. Educação Inclusiva. 2. Educação Especial. 3. Inclusão Educacional. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

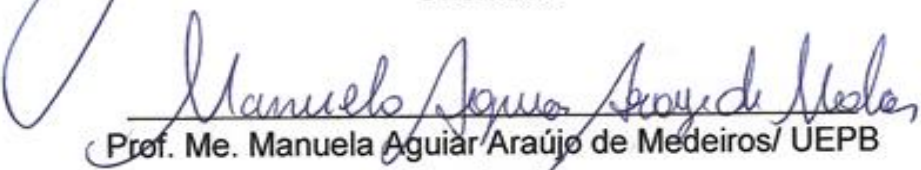
**LAUDECY RODRIGUES DE ANDRADE ALVES**


**DIFERENTE É SER IGUAL: A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS  
COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO CONTEXTO  
EDUCACIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado de Educação – PB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista. Com concentração na Linha de Pesquisa. Linha de Pesquisa – **Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas.**

Aprovada em: 06/12/2014

  
Prof. Me. José Emerson Tavares Macêdo/ UEPB  
Orientador

  
Prof. Me. Manuela Aguiar Araújo de Medeiros/ UEPB  
Examinadora

  
Prof. Me. Carlos Pereira de Almeida / UEPB  
Examinador

## DEDICATÓRIA

A Deus pelo dom da vida e pelas oportunidades pessoal e profissional. E aos familiares que me apoiaram em todo trajeto de vida tanto pessoal quanto profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. Agradeço em especial ao Prof. José Emerson Tavares de Macêdo, pelo empenho, dedicação e confiança que vem depositando e por ser o responsável pela realização deste trabalho.

À minha família, por sua capacidade de acreditar em mim. A minha mãe, Ana Rodrigues de Andrade seu cuidado e dedicação foi que deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Ao meu pai, Graciano Joaquim de Andrade sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinho nessa caminhada.

Agradeço também ao meu esposo, Salvador Alves Bezerra Júnior, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, quero agradecer também aos meus filhos, Gabriel Antônio e Sara Gabrieli, que embora não tivessem conhecimento disto, mas iluminaram de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

As crianças portadoras de deficiências que mim faz acreditar que um dos principais papéis dos portadores de necessidades especiais é o de nos ensinar a enxergar de verdade e a valorizar o conteúdo e não apenas a forma. Eles são como as flores, que mesmo nascendo e crescendo em vasos irregulares, conseguem nos presentear com a beleza de suas cores e o aroma de seu perfume.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa

Maria Teresa Eglér Mantoan

## RESUMO

A inserção da pessoa com deficiência no processo educacional é um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação bem como, outras políticas públicas que buscam a igualdade de condições, permanência e de um atendimento educacional especializado de qualidade no âmbito escolar, essa demanda requer que as Instituições de Ensino estejam preparadas para receber o aluno deficiente, adequando seu currículo, métodos e técnicas que favoreça esse público alvo. Nesse sentido, o presente trabalho busca através de uma revisão de literatura uma melhor compreensão sobre o tema: a inclusão das crianças com necessidades especiais no contexto educacional. Como opção metodológica nos trilhamos na coleta de dados, a observação, no estudo bibliográfico e na análise de dados, através do método quali-quantitativo. Este estudo utiliza-se da experiência de professores e estudantes do curso de graduação em Pedagogia e familiares de alunos da Escola Monsenhor Sebastião Rabelo na cidade de Manaíra – PB. Julgamos que essa discussão é relevante, pois, traz uma contribuição significativa para os docentes, pois a melhor forma de incluir é conhecer e entender de perto as questões inerentes às deficiências de forma geral e específica.

**Palavras chaves:** Aluno. Educação Inclusiva. Família.



## **ABSTRACT**

The inclusion of people with disabilities in the educational process is a right guaranteed by the Law of Education Guidelines and Bases as well, other public policies that seek a level playing field, permanence and a specialized education quality in schools, this demand requires that education institutions are prepared to receive the disabled student, adapting its curriculum, methods and techniques that encourage this target audience. In this sense, the present work through a literature review a better understanding of the topic: the inclusion of children with special needs in the educational context. As a methodological option in the tread in data collection, observation, in the bibliographic study and data analysis using qualitative and quantitative method. This study uses up the experience of teachers and undergraduate students in Pedagogy and School students family Monsignor Sebastian Rabelo in the city of Manaira - PB. We believe that this discussion is relevant because, makes a significant contribution to the teachers, because the best way to include is to know and understand the issues close to inherent deficiencies in general and specific.

**Key words:** Student. Inclusive Education. Family.

## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01	Metodologia de trabalho utilizada em sala de aula pelo professor com aluno deficiente.....	39
Gráfico 02	Participação do professor em formação continuada para Atendimento Educacional Especializado.....	39
Gráfico 03	Gráfico 03 - Tecnologias assistivas em sala de aula na visão dos graduandos.....	43

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. CAPÍTULO – A EDUCAÇÃO ESPECIAL</b> .....	13
1.1 Um breve caminho histórico da Educação Especial.....	14
1.2 Política Nacional de Educação Especial: Legislações, Normas e Planos.....	14
1.3 Quem são os alunos portadores de necessidades especiais?.....	18
<b>2. CAPÍTULO - ASPECTOS GERAIS DA INCLUSÃO</b> .....	21
2.1 Diferenças entre inclusão e integração escolar.....	21
2.1 A importância da educação inclusiva.....	26
<b>3. CAPÍTULO - A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA MONSENHOR SEBASTIÃO RABELO – MANAÍRA – PB</b> .....	28
3.1 O Município de Manaíra - PB.....	28
3.2 Caracterização da Escola Monsenhor Sebastião Rabelo.....	29
3.2.1 O atendimento educacional especializado na Escola Monsenhor Sebastião Rabelo.....	32
3.2.2 Atuação dos pais na escola.....	33
3.3 Metodologia e apresentação dos resultados da pesquisa.....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	45
<b>APÊNDICES (A, B e C)</b> .....	47
<b>ANEXO 01</b> .....	51

## INTRODUÇÃO

Reforçando o tema inclusão diferente é ser igual, Tereza Manton ressalta: “a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade”. Se bem entendido esse pensamento, essa situação perpassa por vários segmentos da sociedade, assim, a inserção desse público alvo na educação se faz necessário, uma vez que, é através dela que as possibilidades do direito garantido por lei podem se concretizar abrindo espaços para aqueles que têm necessidades educacionais especiais aprendizagem significativa respeitando suas limitações a partir das habilidades de cada um como enfatiza ainda Tereza Mantoan “inclusão é estar com, é interagir com o outro”, e isto só se faz com educação.

A educação para pessoa com deficiência se faz necessário estrutura também diferenciada, não só a física, mas onde toda comunidade escolar esteja preparada para recebê-los. Não basta está matriculado, é preciso ter excelência em qualidade, pois, o estudante além de merecem bom ensino ainda tem suas necessidades específicas inerente a sua deficiência. Pode-se citar aqui a questão da metodologia, do currículo da atualização dos professores, da revisão do projeto político pedagógico da escola, onde este possa está moldado realmente às necessidades do aluno sob sua responsabilidade, outro fator relevante é o trabalho em parceria com a família e outros órgãos que possam está dando assistência no processo educacional e social.

Nesse sentido, o presente trabalho que tem como tema: Diferente é ser igual: A inclusão de crianças com necessidades especiais no contexto educacional traz para o leitor contribuições significativa em se tratando de uma realidade atual e emergente nas escolas públicas do País. O interesse em tratar deste assunto se deu por ser um fato presente e silencioso já, que, ainda o sistema educacional ainda não dá a atenção necessária à causa bem como a identificação e sensibilidade pela educação especial.

Para embasamento teórico utilizou-se de varias pesquisa, estudo e troca de experiências com outros educadores da Escola fonte de pesquisa bem como de

relatos durante especialização ora em curso. O mesmo está organizado em três momentos onde:

O primeiro capítulo, trataremos de uma retrospectiva da historia da educação especial, onde se pode retroceder aos fatos e lutas durante varias gerações, as politicas públicas e leis que garantem o acesso permaneciam e atendimento a pessoa com deficiência;

No segundo capítulo, abordaremos sobre os aspectos gerais, as concepções e definições de autores diversos a exemplo de Tereza Mantoan, Romeu Kazumi Sassaki, Piter Mittler dentre outros.

E por fim no nosso ultimo capítulo, apresentaremos o Projeto Político Pedagógico da Escola Monsenhor Sebastião Rabelo e também os resultados da nossa pesquisa de campo realizada com professores, estudantes do Curso de Pedagogia e pais de alunos consolidando a questão da teoria e da prática.

Diante do exposto, acredita-se que o presente trabalho possibilita reflexões e mudanças de comportamento sobre a inclusão da pessoa com deficiência e uma educação de qualidade como direito inalienável a todos que dela precisar.

## 1. CAPÍTULO – A EDUCAÇÃO ESPECIAL

### 1.1 Um breve caminho histórico da educação especial

Historicamente falando, a educação voltada para a pessoa com deficiência sempre foi marcada pela desigualdade, no que tange o acesso ao conhecimento escolar e a qualidade de serviços prestados a clientela menos favorecida mesmo diante de estudos já realizados por diversos autores e pelos órgãos responsáveis por esse atendimento que muitas vezes se torna segregação a exclusão.

A cerca do tema em estudo as Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná (2006, p.18) fazem menção a historicidade da pessoa com deficiência.

Na concepção metafísica, a deficiência ao sobrenatural, em que pessoas nessas condições eram tratadas como a personificação do mal, sendo passíveis de torturas e morte para expiação dos pecados, até os séculos da Inquisição católica que se seguiram, apenas reforçou-se a mística da divindade a respeito das pessoas com deficiência. Os primeiros modelos para explicação das anomalias físicas, mentais ou sensoriais, decorrentes de deformações congênitas ou doenças graves que acometiam as pessoas, foram buscados na mitologia e no sobrenatural, durante séculos. Na Idade Média essa crença foi intensificada, concebendo-se a deficiência como obra e intervenção direta de Deus ou de outros seres superiores, seja sob a forma de castigo para expiação de pecados, seja sob a forma de benção quando privilegiados pelo dom da vidência ou do milagre da cura.

Nessa ótica, a falta de humanidade perpetuou-se por longos anos e fez da pessoa com deficiência, alvo de expiação, tidas como fruto do pecado principalmente para as classes religiosas. Seguindo ainda na visão de Paraná (2006, p.19) ele afirma que:

Ao final do século XVI, na Europa, em função do desenvolvimento das forças produtivas e das novas formas de elaboração do conhecimento dela decorrentes, foram lançadas as sementes que operariam mudanças significativas em relação a esse grupo de pessoas no convívio social, três séculos mais tarde.

Essa atitude deixa clara a vivência do sofrimento desses indivíduos que lentamente tornam-se alvos de estudos tardiamente no decorrer dos séculos.

## 1.2 Política nacional de educação especial: legislações, normas e planos

O livro história do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil (BRASIL, 2010), traz a retrospectiva da história da pessoa com deficiência quando enfatiza as primeiras ações e organizações voltadas para esse público específico. Durante o império colonial o Brasil ainda não tinha Órgãos competentes que pusessem atender a demanda de “defeituosos” como eram considerados até mesmo pelos familiares:

As pessoas com deficiência eram confinadas pela família e, em caso de desordem pública, recolhidas às Santas Casas ou às prisões. As pessoas com hanseníase eram isoladas em espaços de reclusão, como o Hospital dos Lázarus, fundado em 1741. A pessoa atingida por hanseníase era denominada “leprosa”, “insuportável” ou “morfética”. A doença provocava horror pela aparência física do doente não tratado – eles possuíam lesões ulcerantes na pele e deformidades nas extremidades do corpo, que era lançado no isolamento dos leprosários e na exclusão do convívio social (p.22).

De acordo com Junior (2010, p.23), a realidade teve rumo diferente com a chegada da corte portuguesa ao Brasil no início do século XIX, onde aconteceram algumas mudanças, embora a passos lentos a atenção para a pessoa com deficiência.

Em 18 de julho de 1841 com o decreto nº 82, que determinou a fundação do primeiro hospital privado criado especialmente para o tratamento de pessoas consideradas “alienados”, em seguida veio o Hospício Dom Pedro II que era vinculado à Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro. Este órgão só começou a funcionar em dezembro de 1852.

Já em 1854, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e, em 1856, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Durante esse século, apenas os cegos e os surdos eram atendidos com ações voltadas a educação. Com o advento da República, o Hospício Dom Pedro II foi desmembrado da Santa Casa de Misericórdia e passou a ser o Hospício Nacional de Alienados. E, somente a partir de 1904 é que foi implantado o primeiro Pavilhão Escola Bourneville onde era exclusiva criança com deficiência.

De acordo com Mendes (2006, p. 35) “desde o século XVI a história da educação no Brasil vem sendo pensada de forma a atender as necessidades da pessoa com deficiência”. Os médicos e pedagogos da época já acreditavam na possibilidade de educar os indivíduos que eram considerados ineducáveis. Porém, naquela época, o cuidado era meramente assistencialista e institucionalizado já que eram ofertados por meio de asilos e manicômios.

Na primeira metade do século XX, o Estado não promoveu novas ações para as pessoas com deficiência e apenas expandiram, de forma modesta e lenta, os institutos de cegos e surdos para outras cidades. As poucas iniciativas, além de não terem a necessária distribuição espacial pelo território nacional e atenderem uma minoria, restringiam-se apenas aos cegos e surdos (JUNIOR, 2010, p.32)

A partir dessas necessidades o Estado cria iniciativas de promoção e ações em parceria com a sociedade civil e organizações não governamental que prestasse serviço a essas deficiências, a exemplo Fundação Pestalozzi criada em 1932 e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE -1954). Segundo Mendes (2001, p. 56), no período de 1950 a 1959, “houve uma grande expansão no número de estabelecimentos de ensino especial para portadores de deficiência mental; 190 estabelecimentos de ensino especial, no final da década de 50 eram públicos e em escolas regulares”.

A partir de 1958, o Ministério da Educação começa a prestar assistência técnico-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas. Entre 1948 e 1961, medidas como a criação dos conselhos estaduais de educação e a cooperação financeira assegurada por lei às escolas privadas influenciaram a educação especial.

Das décadas de 30 e 40, o número de entidades para atendimento de deficientes teve um aumento significativo. Já para os deficientes mentais, surgiram as Sociedades Pestalozzi de Minas Gerais e no Rio de Janeiro, além da Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz, em São Paulo (1936).

Em 1941 surgiu no Recife, a Escola Especial Ulisses Pernambucano e a Escola Alfredo Freire (BUENO, 1993). Com relação aos deficientes visuais, surgiram: a União dos Cegos do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1924, o Instituto Padre Chico, em São Paulo, e o Sodalício da Sacra Família, no Rio de Janeiro, em



1929. As primeiras Instituições que surgiram contribuíram para a inclusão da educação especial no âmbito das entidades filantrópico-assistenciais e a sua privatização. O interesse pelo deficiente mental refletia também em uma preocupação com a higiene, essa preocupação é interpretada como o início de um processo de segregação pelos especialistas do aluno diferente, visto que a escolaridade passou a ser algo abrangente.

Em 1990, a Secretaria Nacional de Educação Básica assume a responsabilidade na implementação da política de educação especial. Em 1994, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, “foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que produziu a Declaração de Salamanca, tida como o mais importante marco mundial da difusão da filosofia de educação inclusiva” (MENDES, 2006, p. 96-97).

A partir de movimentos internacionais e da própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB 1996), surgiu no Brasil um forte movimento defendendo o direito à educação para todas as crianças, independentemente de classe, etnia ou gênero, incluindo aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais e intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente, e que apresentam, portanto, necessidades educacionais especiais.

Até pouco tempo, as crianças ou jovens com algum tipo de deficiência eram atendidas em salas ou escolas diferenciadas, separadas das escolas para alunos “normais”. Hoje, já não se aceita mais esta situação e, segundo o artigo 58 da LDB, a educação destes alunos deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino. De acordo com o Decreto nº 6.571/2008, em seu artigo 1º:

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento especializado da rede pública ou instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Além desse decreto, outros foram criados com base a Declaração de Salamanca o terceiro milênio, a convenção de Guatemala, a Declaração das Pessoas Deficientes, Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, e as Leis: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

LDB – Educação Especial, Estatuto da Criança e do Adolescente, Programa de Complementação aos Atendimentos Educacionais Especializados às Pessoas Portadoras de Deficiência, Plano Educacional de Educação - Educação Especial e decretos como: Decreto nº 2. 208/97 – Regulamenta Lei 9.394 LDB; Decreto nº3. 298/99 – Regulamenta a Lei nº. 7.853/89; Decreto nº 914/93 – Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estes legitimaram as discussões sobre a política de inclusão.

Dentro da legalidade nacional falta uma política efetiva onde todos os brasileiros, independentemente de serem ou não professores, tomem consciência de que os estudantes tenham os mesmos direitos, ou seja, devem ter uma educação compreendida como capaz de garantir a satisfação das necessidades básicas e essenciais ao seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Não adianta colocar as crianças, jovens ou adultos na escola regular se os professores não sabem como trabalhar com elas e as escolas não dispõem de materiais, equipamentos e profissionais indispensáveis a uma educação de qualidade como enfatiza a citação:

De acordo com a LDB/1996 em seu artigo. 58 entende-se por educação especial, para todos os efeitos, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, se não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Um ensino de qualidade e humanizado deve partir do princípio de os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educado pode aprender mesmo ele tendo uma especificidade, mas no tempo e no jeito que lhes são próprios. Além do mais é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade dos alunos de progredir e não desistam nunca de buscar meios que

possam ajudá-los a vencer os obstáculos sejam apenas escolares ou por sua própria deficiência.

Ensinar, atendendo as diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende entre outras condições, o de abandonar o ensino transmissivo e de se adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária individualizada e hierárquica do saber.

### 1.3 Quem são os alunos portadores de necessidades especiais?

No decorrer da história, essas pessoas já tiveram várias denominações. Na matéria publicada no jornal Senado em conversa pessoal, publicado em setembro de 2006 o tema central se deu em torno das terminologias utilizadas para tratar as pessoas com algum tipo de deficiência. De acordo com o consultor Romeu Kazumi Sassaki (2006) não existe um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços para as deficiências de pessoas.

Aleijado, defeituoso, incapacitado, inválido - Estes termos eram utilizados com frequência até a década de 80. A partir de 1981, por influência do ano Internacional das pessoas deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época. No início, houve reações de surpresa e espanto diante da palavra pessoa: “Puxa, os deficientes são pessoas”? “Aos poucos, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, frequentemente reduzida para portadores de deficiência”. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje. (SASSAKI, 2003, p 04).

No século XX, por exemplo, o termo usado era “inválido” que significava indivíduos sem valor. Até 1960, era chamado de “indivíduos com capacidade residual”, isto já foi um avanço da sociedade, reconhecer que a pessoa tinha capacidade mesmo que ainda considerada reduzida. Outra variação foi o uso do termo “os incapazes”.

Entre 1960 e 1980, começava-se a usar as expressões “os deficientes” e “os excepcionais” que focavam as deficiências e reforçavam o que as

peças não conseguiam fazer como a maioria. Nos anos 80, por pressão da sociedade civil a Organização Mundial da Saúde lançou a terminologia “peças deficientes”. Iniciou-se uma conscientização e foi atribuído o valor “peças” aqueles que tinham deficiências, igualando-os em direitos a qualquer membro da sociedade<sup>1</sup>

Buscando ainda na literatura o entendimento do quem vem a ser pessoa portadora de deficiência em: história do movimento político das peças com deficiência no Brasil encontra-se o fato vivenciado na França, em 1800, quando Jean Itard investiu na tentativa de recuperar e educar Victor de Aveyron, um menino selvagem criado em uma floresta com animais, sem qualquer contato com seres humanos, em um estado completo de privação social.

Muitas foram às tentativas de educar e recuperar o potencial cognitivo de Victor que, supostamente, apresentava uma deficiência mental profunda. Por meio de procedimentos médico-pedagógicos, Itard é considerado o precursor da Educação Especial. Guiando-se por seus procedimentos iniciais, alastraram-se pela Europa instituições para a clausura de peças marginalizadas socialmente, como doentes mentais, peças com deficiência, assassinos, entre outros. (BRASIL, 2010, p. 58).

Nas Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná (2006, p. 18)

Não se usa mais o vocábulo “mudo” como complemento da identificação de surdos, já que, na maioria absoluta das vezes, o fato de não falar está relacionado ao não conhecimento dos sons e à consequente impossibilidade de repeti-los, e não a uma doença que impeça a fala.

Ainda de acordo com os mesmos parâmetros surgem às bases científicas para a educação especial ao longo da história onde, a partir do final do século XIX, com o desenvolvimento de pesquisas na área da medicina, um novo enfoque passou a ser dado à deficiência.

---

<sup>1</sup> **Fonte:** Comissão de Acessibilidade e Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência – disponível em: [http://www.senado.gov.br/senado/portaldoservidor/jornal/jornal70/utilidade\\_publica\\_pessoas\\_deficiencia.aspx](http://www.senado.gov.br/senado/portaldoservidor/jornal/jornal70/utilidade_publica_pessoas_deficiencia.aspx).

Desse modo, pode-se afirmar que as primeiras práticas científicas de atenção à pessoa com deficiência tinham como finalidade sua segregação, em instituições, para cuidado, proteção ou tratamento médico, caracterizando o paradigma da institucionalização<sup>2</sup>, que vigorou aproximadamente por oito séculos, durante parte da Idade Média até o início do século XX (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, importante se faz conhecer e reconhecer a trajetória de vida e de luta da pessoa com deficiência na antiguidade ou na modernidade, sobretudo no que diz respeito à inclusão na escola de forma adaptada ao currículo, acesso e a realidade desse público alvo.

---

<sup>2</sup> A palavra paradigma será usada, neste texto, com a intenção de demarcar concepções e modelos dominantes, nos diferentes períodos históricos, em relação ao atendimento às pessoas com deficiência, seguindo a terminologia proposta pelo MEC/Seesp (BRASIL, 2000), em documentos oficiais.

## 2. CAPITULO - ASPECTOS GERAIS DA INCLUSÃO

### 2.1 Diferenças entre inclusão e integração escolar

Buscando melhor compreensão acerca do subtema, uma das maiores defensoras da educação inclusiva deixa claro o que seria inclusão:

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2003, p. 35).

Assim, a humanização está presente no pensamento da autora, sem isto, a educação jamais poderia ser inclusiva, porque ser inclusivo é ser sensível a causa do outro sem exceção, seja na família, na escola ou na sociedade.

De acordo com a Campanha Global pela Educação (CGE), existem muitos desafios na Educação Inclusiva em todo o mundo, as pessoas com deficiência estão entre os grupos de maior risco de exclusão escolar.

Segundo o último Censo Populacional (IBGE, 2010), o Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 23,9% da população. A maioria das crianças e adolescentes com deficiência já estuda em escolas regulares. Em 2013, 77% (648 mil) das matrículas de alunos com deficiência estavam em classes comuns. (BRASIL 2010).

Existem hoje no Brasil muito movimentos em defesa dos direitos da pessoa com deficiência, muitos conhecidos, outros pouco divulgados, a exemplo da campanha acima citada:

A Campanha é uma iniciativa Global pela Educação (CGE) que acontece simultaneamente em mais de 100 países, desde 2003. Em 2014, as discussões internacionais aconteceram entre os dias 4 e 10 de maio, para pressionar os governos no cumprimento dos acordos internacionais da área, entre eles o Programa de Educação para Todos (UNESCO, 2000). No Brasil, a SAM é coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Para a Campanha os desafios ainda são grandes no que concerne a prática dos direitos, o objetivo é envolver a sociedade civil em ações de incidência política, de modo a exercer pressão sobre os governos para que cumpram os acordos internacionais da área, entre eles a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário. De forma geral, essa campanha busca entre outros alguns pontos relevantes para concretização das leis da pessoa com deficiência.

Existe ainda hoje, apesar dessas leis, a recusa em matricular essas pessoas, onde se caracteriza um problema decorrente da falta de:

- Espaços, mobiliários e materiais didáticos acessíveis;
- Transporte escolar acessível;
- Salas e materiais para o (AEE) Atendimento Educacional Especializado;
- Formação inicial e continuada para o AEE aos professores e demais profissionais da educação; Tradutores e intérpretes;
- Profissionais de apoio, que auxiliem na alimentação, higiene e locomoção dos alunos;
- Currículo e avaliação flexibilizados.

Estas são as bandeiras que a campanha abraça, mas, toda sociedade deve estar envolvida, não só por ocasião de mobilizações, já que, lutar pelos direitos humanos é uma constante, sobretudo no âmbito educacional, favorecendo assim a inclusão sem preconceito como enfatiza Maria Tereza Mantoan:

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro (MANTOAN, 2003, p. 56).

No que se referem à Constituição Federal de 1988, os artigos 205 e 206 combatem a discriminação e defendem a igualdade de condições de acesso e permanência na escola para toda pessoa com deficiência. Nesse sentido, fica claro

a garantia dos direitos humanos e de cidadania reconhecendo as diferenças apresentadas no marco legal para normatizar o atendimento Educacional Especializado nas Escolas.

Dessa forma a integração dos alunos com deficiência na escola se efetiva a partir da colaboração da família e do compromisso dos profissionais envolvidos em busca de um atendimento de qualidade e especializado.

Essa parceria, Família/escola se torna muito importante para o desenvolvido, permanência educacional e atuação social dos atores de forma igualitária como afirma Santos Boaventura Souza (1999) “temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza e direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza”.

Fala-se mais e mais de inclusão, sem pensar que não se trata de incluir, trata-se sim de conhecer as diversas possibilidades para o desenvolvimento humano e de estar aberta a elas numa relação dialógica genuína (PRESTES, 2012, p.191).

Assim, ter um número de matrículas nas escolas de pessoas com deficiência não significa atendimento com qualidade, é preciso ir mais além dos números, dos equipamentos. É preciso ter didática e humanização por parte da Escola e dos funcionários, uma vez que, é neste espaço que a criança passa maior parte do dia e sem esses instrumentos os direitos deixam de ser garantidos tendo em vista que inclusão significa dá suporte tanto para alunos quanto para professores.

Quando se afirma que existe a “asseguridade na educação e que ela é um direito de todos”, é relevante entender que está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independentes dos fatores, físicos, sociais ou psíquicos. Nesse sentido, essa educação deve ser fomentada em padrões que favoreça os indivíduos envolvidos de forma satisfatória, conforme o artigo 59 da LDB 1996. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
- II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;



III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;  
IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

Porém, mesmo com essas seguridades legais no âmbito nacional, ainda é precário o atendimento educacional de qualidade, seja por falta de investimentos humanos e ou financeiro, ou até mesmo interesse por parte de profissionais de diversas áreas ou pelos próprios familiares que muitas vezes não conhecem ou não querem que seus filhos estejam inseridos na escola, alegando situações de desconforto para ambos (deficientes e familiares).

Ainda acerca dos direitos a pessoa com deficiência, a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo promover: acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação e articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2010, p.19).

A que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos e/ou adquiridos, de caráter permanente e que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social [...] já a pessoa com necessidade especial é a que, por apresentar, em caráter permanente ou temporário, alguma deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, ou que é portadora de condutas típicas ou ainda de altas habilidades, necessita de recursos especializados para superar ou minimizar suas dificuldades.

Contudo, devem-se adotar novas metodologias de ensino nas escolas brasileiras para que os avanços tecnológicos tenham êxito e aconteça a interação entre as práticas pedagógicas e as tecnologias assistivas que estão a cada dia ganhando espaço e facilitando o ensino e aprendizagem. Na visão de Moran (2007, 16):

A Internet é um dos recursos que está se tornando uma mídia fundamental para a pesquisa de novas metodologias de ensino e de aprendizagem. O acesso instantâneo a portais de busca, a disponibilização de artigos ordenados por palavras-chave facilitaram em muito o acesso às informações necessárias. Nunca como até agora professores, alunos e todos os cidadãos possuíram a riqueza, variedade e acessibilidade de milhões de páginas WEB de qualquer lugar, a qualquer momento e, em geral, de forma gratuita.

Sendo, portanto, necessário que os profissionais sejam capacitados para acompanharem esses avanços. Como já dito, mesmo com a legalidade nacional falta uma política efetiva onde todos os brasileiros, independentemente de serem ou não professores, tomem consciência de que os estudantes tenham os mesmos direitos, ou seja, devem ter uma educação compreendida como capaz de garantir a satisfação das necessidades básicas e essenciais ao seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Não adianta colocar as crianças, jovens ou adultos na escola regular se os professores não sabem como trabalhar com elas e as escolas não dispõem de materiais, equipamentos e profissionais indispensáveis a uma educação de qualidade.

Portanto, já não é mais possível nem útil formar um profissional tão somente a partir da transmissão e retenção das informações mais importantes de cada área. Partindo dessa lógica se faz necessário também rever os cursos de formação para o magistério, que linha pedagógica está de fato sendo trabalhadas para a assimilação das novas tecnologias ou repasse de informações muitas vezes sem sentido para o estudante?

Necessário se faz uma escola de formação para professores como um espaço de construção do conhecimento significativo e contextualizado, de socialização do saber, como um ambiente de discussão, troca de experiências e de elaboração de uma nova prática, voltada para a utilização de recursos tecnológicos, conseqüentemente a médio ou em longo prazo teremos uma escola de qualidade realmente preocupada com a aprendizagem e o sucesso do aluno.

Para Valente (1999, p. 36), a criação de uma pedagogia preocupada com a inclusão na escola é questão de tempo. Só a partir da inclusão se pode gerar mudanças necessárias na Educação para formar o aluno autônomo e eficaz no seu processo de aprendizagem independente da sua deficiência.

## 2.2 A importância da educação inclusiva

Diante das transformações e discussões no âmbito educacional, o acesso à escola de qualidade tem sido discutido com frequência nos diversos meios de

comunicação como prioridade, não podendo ser negado este direito a grande parcela da população que apresenta necessidades educativas especiais. A partir de estudos, discussões, mobilizações, os movimentos vêm ganhando forças e reconhecimento à educação inclusiva.

Assim, reconhecer a importância da educação especial é estabelecer uma educação igualitária e com condições que favoreçam o pleno desenvolvimento das potencialidades dos educandos especiais a partir de uma política educacional onde aconteçam transformações urgentes uma vez que ainda se vive problemas simples como é o caso da falta de vagas e de condições acessíveis, material pedagógico, biblioteca, laboratórios, etc. Isso sem dúvida gera grande atraso ao desenvolvimento da pessoa com deficiência e seu meio.

Mesmo que essas mudanças ocorram, é preciso que a sociedade, exija por sua vez um sistema educacional renovado, pois como afirma Cunha (1989), “estamos vivenciando uma fase de novas tecnologias sociais e culturais, exigindo pessoas qualificadas para atuarem junto às diversas instituições nos diversos segmentos”. Além disso, ainda são inúmeras as barreiras sociais e físicas que impedem o efetivo processo de integração dos educandos especiais de forma igualitária e digna.

Estamos caminhando devagar. O maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. A nossa Constituição garante desde 1988 o acesso de todos ao Ensino Fundamental, sendo que alunos com necessidades especiais devem receber atendimento especializado preferencialmente na escola, que não substitui o ensino regular. Há outra questão, um movimento de resistência que tenta impedir a inclusão de caminhar: a força corporativa de instituições especializadas, principalmente em deficiência mental. Muita gente continua acreditando que o melhor é excluir, manter as crianças em escolas especiais, que dão ensino adaptado. Mas já avançamos. Hoje todo mundo sabe que elas têm o direito de ir para a escola regular. Estamos num processo de conscientização. (MANTOAN, 2003, 56).

Nesse contexto, a escola faz parte do mundo e para cumprir sua função de contribuir para a formação de indivíduos que possam exercer plenamente sua cidadania, participando dos processos de transformação e construção da realidade, esta devem estar abertas a incorporar novos hábitos, comportamentos, percepções

e demandas, sendo assim, a inclusão é o processo de inserção de pessoas com deficiência no âmbito social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação assegura esse direito, porém a realidade é bem diferente no processo educacional. Um dos principais obstáculos para efetivação dos educandos com deficiência é a expectativa dos professores quanto à aprendizagem destes, ainda mais no que concerne a formação do profissional para alunos com diversas deficiências ainda é bastante precária. É importante a busca a compreensão das necessidades não só dos alunos, mas do professor, fazendo uma análise de como aconteceu e acontece o ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência.

Para tornar possível a inclusão, a formação do professor deve estar alicerçada no estabelecimento de parcerias entre os implicados no processo educativo - dentro e fora da escola - e na criação e compreensão de enfoques curriculares, e metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitem a construção coletiva do conhecimento. (ZULIAN & FREITAS 2001 *apud* SILVA 2011, p. 45).

A filosofia da inclusão propõe uma educação de qualidade e igualitária a todos, aceitando as diferenças individuais como atributo e não como obstáculo e valorizando a diversidade para o enriquecimento das pessoas. É muito importante analisar os alunos que frequentam a sala de aula, pois, cada um possuem toda uma história de vida diferente e que os levam para fora da instituição escolar. O educador ao saber dessas dificuldades que os mesmos possam ao longo de sua trajetória de vida analisando as expectativas deve crescer sem interesse em mostrar que a verdadeira aprendizagem depende sobre tudo dá atenção dada as relações feitas pelo professor/aluno do que atividades mecanizadas de memorização.

### **3. CAPÍTULO - A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA MONSENHOR SEBASTIÃO RABELO – MANAÍRA – PB**

#### **3.1 O município de Manaíra - PB**

A Cidade de Manaíra surgiu na pequena fazenda Alagoa Nova, de propriedade de Manoel Pereira da Silva, que ali chegou em 1840, como primeiro comerciante. Instalou uma "bulandeira", instrumento com o qual classificava o algodão e ainda uma espécie de engenho que servia para descaroçar o produto e preparar a cana para a fabricação de rapadura. Entre os pioneiros estão Manoel Pequeno, Severino Benedito e Belarmino Nogueira.

Em 1870 foi construída a primeira capela, mais tarde demolida. Em 1889, em terreno doado pelas irmãs Catarina e Balbina, cujo sobrenome a história não revela, foi construída a igreja, atual Matriz, dedicada ao Divino Espírito Santo, escolhida como Padroeiro do lugar.

Em 1887, foi criada a Paróquia, ano em que o comércio já mostrava bom desenvolvimento. Conta à lenda que a denominação Manaíra - Seios de Mel - foi escolhida em homenagem a uma índia, com esse nome, prometida por seu pai Boiassu como noiva, ao índio Piancó, chefe da tribo dos Coromas. Diz, ainda, a lenda, que tendo Manaíra se envolvido com o colonizador Manoel Curado Garra, foi sacrificada pelo pai, em nome do compromisso assumido com Piancó.

Sua formação administrativa consta nos quadros de Apuração do Recenseamento Geral de setembro de 1920, figura no município de Princesa o distrito de Alagoa Nova. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de novembro de 1936 pelo decreto lei estadual nº 1164, em 15 de novembro de 1938, o distrito de Alagoa Nova, passou a denominar-se Manaíra e o município de Princesa a denominar-se Princesa Isabel. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1950, o distrito já denominado Manaíra, figura no município de Princesa Isabel ex-Princesa.

Assim permanecendo em divisão territorial desde 1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Manaíra, pela lei estadual nº 2657, de 15-012-1961, desmembrado de Princesa Isabel. Sede no antigo distrito de Manaíra. Constituído de dois distritos: Manaíra e Pelo Sinal, criado pela mesma lei que criou o município. Instalado em 31 de dezembro de 1961. Em divisão territorial três anos após, o município é constituído de dois distritos: Manaíra e Pelo Sinal.

Manaíra, município do estado da Paraíba, localiza-se a uma altitude de 757 metros e faz divisa com Curral Velho e Pedra Branca (norte); São José de Princesa (leste); estado de Pernambuco (sul) e Santana de Mangueira (oeste). De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010 sua população era estimada em 10.759 habitantes com uma área territorial de 352,566 km<sup>2</sup>. O IDH do município 0,549 (PNUD/2000).

### 3.2 Caracterização da Escola Monsenhor Sebastião Rabelo

A Escola Normal Estadual Monsenhor Sebastião Rabelo, localizada a Rua Silvério Alves Lisboa, s/n, Centro, Manaíra/PB, pertencente a 11<sup>a</sup> Gerência de Ensino, mantida pela rede Estadual de Ensino, foi fundada em 05 de julho de 1978 para funcionar a partir de 1979, com denominação de Escola de 2º Grau Monsenhor Sebastião Rabelo, parecer nº 47/79 em 26 de abril de 1979, mediante convênio de cooperação com a prefeitura municipal na gestão do então prefeito Sebastião Rabelo Sobrinho e do Governador Tarcísio de Miranda Burity.

A partir de 13 de maio de 1986, passou a chamar-se Escola Normal Estadual Monsenhor Sebastião Rabelo, cujo decreto passou a ser 11.384 em 13 de maio de 1986, Parecer 30/92, resolução 26/93. A Escola tem seu Regimento Interno Escolar registrado no Conselho Estadual de Educação desde 2001.

O corpo discente é advindo de famílias de baixa renda, sendo de agricultores, os quais, não possuem em sua maioria nem mesmo o ensino fundamental, o que acaba os conduzindo aos trabalhos oferecidos nas lavouras de café e cana-de-açúcar no sul e sudeste do país. Vale ressaltar que grande parte dos estudantes reside na zona rural deste e de municípios vizinhos.

Não se pode evidenciar um fazer educativo dissociado de bases teórico-filosóficas, assim, necessário se faz que a instituição adote um perfil e concomitantemente empregue em seu dia-dia.

Noutro aspecto, importa salientar que não pode a Escola pautar sua prática somente no fazer em sala de aula, é necessário penetrar na realidade da comunidade escolar, evidenciar suas dificuldades e vantagens para a partir de então, traçar metas e ações que venham melhorar o desempenho da comunidade escolar como um todo.

Desta forma, a Escola Normal Estadual Monsenhor Sebastião Rabêlo, está fundada numa concepção Filosófica e Pedagógica, que além dos pressupostos empregados em sala de aula, busca evidenciar a realidade de sua comunidade na tentativa de conhecer seus problemas e vantagens, com fim de tornar-se agente canalizador de soluções viáveis aos problemas encontrados, tornando-se assim um agente capaz de impulsionar o exercício da cidadania.

A Escola Normal Estadual Monsenhor Sebastião Rabelo, tem como finalidade fazer cumprir os parâmetros e princípios emanados pela Constituição Federal, e todas as demais normas de caráter infraconstitucional, de forma específica a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da educação, lei 9394/96. No mesmo sentido observará as disposições atinentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrando o Ensino Fundamental, 1ª fase, o ensino médio regular, o ensino médio normal e o EJA Fundamental e Médio observando as nuances de cada modalidade. Desta forma, e, uma vez implantado o presente PPP, serão objetivos da Escola:

- 1 – Buscar a construção de uma educação pautada nos ditames da lei, levando em consideração as características próprias e inerentes à própria comunidade escolar, de modo que o aluno possa construir um conhecimento abalizado pelos parâmetros curriculares, todavia, reconhecendo suas origens e valores diante da realidade vivida;
- 2 – Propiciar aos educandos uma educação emancipadora, que lhes dê condição de se tornarem agentes exercitantes e construtores da cidadania;
- 3 – Implementar na escola práticas educativas que versem sobre valores, estes de cunho moral, cultural, religioso, tecnológico, político e etc.
- 4 – Implantar o cotidiano local nas práticas da Escola;

5 – Implementar em todo o contexto escolar a prática e uso das TIC's (Tecnologia da informação e comunicação), inclusive, promovendo a conscientização de seus fins, bem como o uso adequado de modo que venhamos ter resultados concretos e promissores.

6 – Desenvolver e integrar ao nosso currículo práticas educacionais que tenham como foco a discussão, o reconhecimento e a valorização dos direitos humanos, buscando assim, mais do que a formação pedagógica e intelectual, mas também a política e cidadã.

O quadro funcional da Escola é constituído por 24 Professores e 38 Funcionários distribuídos nas funções de Apoio Funcional e Pedagógico. Seu funcionamento ocorre nos três turnos (manhã, tarde e noite) abrangendo o Ensino Fundamental 1ª Fase, o Ensino Médio Regular e o EJA. Enquanto instituição Pública é mantida pelo Poder Público Estadual e Federal.

Obedece as disposições emanadas pela Secretaria Estadual de Educação da Paraíba em consonância com o Conselho Escolar sob a Gerência da 11ª GRE. É regida pelo Regimento Interno Escolar, o qual tem como finalidade estabelecer as regras comportamentais, direitos, deveres, atribuições, inclusive, regime disciplinar de todos os envolvidos na comunidade escolar. O fim maior desta instituição é a permanência de seus alunos, inclusive, colaborando com sua dinâmica institucional bem como tendo garantido e efetivado todos os seus direitos, tais como os dispostos na Lei Maior Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Concebemos uma educação que não esteja pautada exclusivamente na transmissão e reprodução de conhecimentos, isto o tornaria mecânica. De outra sorte, visualizamos uma educação fundada antes de tudo como direito humano e social, e que o ensino aprendizagem seja uma construção gradativa, criando possibilidades para a construção do conhecimento, de modo a tornar o educando um sujeito crítico, consciente das demandas sociais e sobre tudo, capaz de modificá-las.

A escola possui dois blocos integrados, contudo sem que haja uma padronização nas dimensões dos espaços. Assim, contamos com 06 (seis) salas de aulas, 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) secretaria, 01 (um) laboratório de informática, 01 (uma) diretoria com 01 (um) banheiro feminino e 01 (um)



almoxarifado, 03 (três) banheiros, sendo 01 (um) masculino, 01 (um) feminino e outro adaptado para portadores de necessidades especiais, 01 (uma) biblioteca, 01 (um) depósito para material de limpeza, 01 (uma) cantina com depósito para merenda, 01 (um) refeitório.

### 3.2.1 Do atendimento educacional especializado na Escola Monsenhor Sebastião Rabelo

Sabe-se que na legalidade Nacional, o Atendimento Educacional Especializado é uma prioridade enquanto Política de inclusão, porém, ainda falha, principalmente no que tange aos pequenos municípios onde faltam profissionais qualificados para esse atendimento. Assim, o Município de Manaíra se encontra nesse patamar.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Normal Estadual Monsenhor Sebastião Rabelo não contempla essa ação, apesar de existir, mesmo que em pequeno número, 08 (cinco) matrículas de pessoas com deficiência em sala regular, nesse sentido, passam-se despercebido desse documento a legalidade em vigor. De acordo com a revista Nova Escola (2013) “inclusão promove justiça” em entrevista com a educadora Maria Tereza Mantoan, a escola precisa se adaptar para a inclusão.

Além de fazer adaptações físicas, a escola precisa oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. Assim, uma criança cega, por exemplo, assiste às aulas com os colegas que enxergam e, no contra turno, treina mobilidade, locomoção, uso da linguagem braile e de instrumentos como o soroban, para fazer contas. Tudo isso ajuda na sua integração dentro e fora da escola

Não basta proporcionar apenas o acesso, mas também a apropriação do conhecimento e conseqüentemente da aprendizagem significativa. Pois, escola inclusiva e democrática é aquela que, efetivamente, promove o saber, tendo em vista também a prática pedagógica considerando o sujeito seja ele com ou sem deficiência como um ser global, composto pelos aspectos orgânico, cognitivo, afetivo social e principalmente enquanto ser humano.

### 3.2.2 Atuação dos pais na escola

A Instituição escolar é um espaço de convívio social no qual criança e adolescente podem desenvolver seus conhecimentos através da troca em que se estabelecem entre professores, alunos e outros profissionais da escola.

Portanto, é importante repensar sobre a função social do ensino, a fim de não responder não só os interesses individuais, mas aos da comunidade educativa, em um mundo em transformação, no qual os conhecimentos estão em constante revisão. A escola é o meio pelo qual o aluno se situa no mundo em que vive e estabelece sua identidade crítica e autônoma junto ao saber por ele construído. É nela que se deve estabelecer um diálogo aberto com as famílias, considerando-as como parceiras e interlocutoras no processo educativo.

Além da oportunidade de comunicação individualizada entre a Família e a Escola, assim a família é corresponsável pelo sucesso da escola e qualidade do processo educativo. A participação dos pais na vida escolar de seus filhos é fundamental, e a família tem forte influência sobre a aprendizagem dos filhos. A Escola Cicero Rabelo Nogueira considera que, quanto maior o envolvimento dos pais ou responsáveis, melhor o desempenho do aluno. Desta forma eles se sentindo confiantes reconhecidos e valorizados tanto pela escola quanto pela família. Com isso, ambas, Escola e Família, estarão estimulando, e compartilhando com os alunos, o seu crescimento.

Esta atua através de eventos como: reunião de pais e mestres, comemorativos, festivos, e tantos outros; tenta de maneira conjunta, integrando a escola e a comunidade familiar, para que haja um reconhecimento da sociedade no sentido de que é fundamental esta parceria, pois, hoje é essencial que se tenha uma nova ótica sobre a escola, onde todos devem estar empenhados no "fazer" e esse fazer deve acontecer sempre no sistema de parcerias. Deve partir da escola a iniciativa de aproximação dos pais, pois os educadores estão conscientes da importância de conhecer a família de seus educandos, de fazerem da escola um ambiente familiar e de integrar os pais no processo educacional proporcionado pela escola.

A possibilidade de compartilhar de um ambiente de interação entre família e escola garante ao sujeito aprendiz uma formação equilibrada e tranquila, em que as experiências educativas promoverão a socialização de valores, e a inserção social desse indivíduo. Porém, é evidente que, quanta maior for o grau de confiança e respeito instituído nessa parceria, maiores serão as condições favoráveis para a aprendizagem desse aluno.

Os frutos serão colhidos pela sociedade a partir desse trabalho, serão indivíduos mais desenvolvidos, competentes, criativos, críticos, éticos e acima de tudo verdadeiros cidadãos conscientes de seus direitos e cumpridores dos seus deveres. Verdadeiros líderes, que formarão por sua vez indivíduos ainda mais competentes, aptos ao trabalho; que são méritos do glamour construídos da parceria dos pais com a escola.

De fato, na vida escolar, o contato entre a família e o educador é uma questão primordial, que convém cuidar e fazer funcionar. Os contatos informais são importantes por diversas razões: permitem um conhecimento progressivo dos agentes educadores das crianças; ajudam os pais a tranquilizarem-se e a verem com segurança a permanência do seu filho na escola; a própria criança pode perceber que a família e a escola estão interessadas em seu aprendizado; conseqüentemente motivará o aluno em uma educação significativa e acolhedora.

Para favorecer o crescimento harmônico da criança, contém que os educadores dirijam seus esforços tanto às características das experiências educativas que estão ao seu alcance no contexto da escola, como às relações que estabelecem com o seu contexto primário, que é a família. Ambos compartilham muitas funções educativas que buscam a socialização em determinados valores, a promoção das capacidades cognitivas, motoras, de equilíbrio pessoal, de relação interpessoal e de inserção social, e compartilham, também, o cuidado e o bem-estar físico e psíquico, não perdendo de vista que ambos têm a responsabilidade de apoiar o que é feito no outro contexto e favorecer o desenvolvimento da criança.

A relação entre a família e a escola pode ser muito enriquecida pela interação de outros profissionais (psicólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional, etc.), que, em diferentes níveis, podem ajudar a apresentar maneiras construtivas de trabalhar conjuntamente. “A Educação deve transformar os homens para que eles transformem o mundo” (FREIRE, 2005, p.41).

A escola deve formar indivíduos e cidadãos preparados para exercer a vida, pessoas que tenham a oportunidade de encontrar seus caminhos na infância e na adolescência, explorar sistematicamente seus talentos, desenvolver relações humanas sadias, estudar e aprender por múltiplos e diversificados caminhos. Os alunos são a razão de existir da escola.

"Aprender fazendo e fazer aprendendo". É isso que faz de uma escola um lugar estimulante, vibrante, onde o aluno tem espaço para realizar tudo que sonha e aquilo que nem sonhava fazer. Seu desempenho não depende somente dos professores, família e funcionários. Depende também das condições do ambiente com o qual ele interage.

Dia a dia, novos recursos e novas metodologias são incorporados para um melhor aprendizado, utilizando todas as ferramentas necessárias para que o aluno se desenvolva plenamente. Dessa forma, todos os espaços da escola são utilizados para dinamizar as aulas e transformá-las em momentos de descobertas, assim como, propiciarem um agradável convívio.

É para eles e sua família que todo o trabalho é planejado e executado. A escola procura desenvolver uma relação transparente com seus alunos e a sua família. Afinal, todas as informações são importantes para ambos e uma relação de confiança se constrói pela verdade, pelo respeito e pela justiça. A família, por sua vez, é a grande aliada da escola na construção de valores sólidos que ajudam a preparar seus filhos para analisar e interpretar o mundo e, assim, definir o seu futuro.

### 3.3 Metodologia e apresentação dos resultados da pesquisa

A nossa opção metodológica privilegia a dimensão explicativa, porque busca analisar e compreender o processo de aquisição do entendimento do trabalho de inclusão de pessoa com deficiência na Escola Monsenhor Sebastião Rabelo. A forma de abordagem do problema é quantitativa, porque busca técnicas que favoreça o entendimento rápido do leitor. Nesse sentido como metodologia, foi utilizada a coleta de dados, a observação, o estudo bibliográfico, análise de dados com instrumental elaborada de acordo com a mesma utilizada no serviço.

A metodologia não apenas contempla o momento exploratório de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo), como também determina os instrumentos e procedimentos a serem utilizados na análise dos dados. Deste modo, a metodologia pode ser entendida como o conhecimento e habilidade necessários ao pesquisador para a orientação do processo de investigação, seleção dos conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados (Deslandes, 2004, p.25).

O presente estudo realizou-se entre os meses de maio a outubro de 2014, tendo sido escolhido o tema por se tratar de um assunto muito discutido, mas com pouca atuação no mundo educacional, tendo como público alvo à pessoa com deficiência bem como a comunidade escolar e a familiar. Este foi organizado em três momentos, onde abordou o tema a luz de vários teóricos e a legislação vigente, pesquisa de campo e aplicação de questionários, os quais possibilitaram maior conhecimento e aprofundamento do tema em questão. Finalizando essa etapa com análise dessas informações para posteriormente apresentar a unidade fonte de pesquisa.

A partir da pesquisa a luz de teóricos diversos, é possível entender como acontece a Política Nacional da Educação Inclusiva, nesse sentido, para melhor consolidação da teoria, partiu-se para a prática, onde, professores, graduandos e pais de estudantes puderam dar sua contribuição no que concerne ao atendimento educacional dos alunos com deficiência no município de Manaíra – PB na Escola Monsenhor Sebastião Rabelo. Os questionários enquanto subsidio contribuem de forma significativa, em análise neste trabalho com gráficos e tabelas.

Na coleta de dados utilizou-se um questionário entregue a 20 colaboradores, destes, 07 (sete) são professores da Escola fonte de pesquisa dos turnos matutino e vespertino, 03 (três) para mães de alunos na referida Escola e, 10 (dez) para estudantes de graduação do curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino particular da cidade de Princesa Isabel - PB.

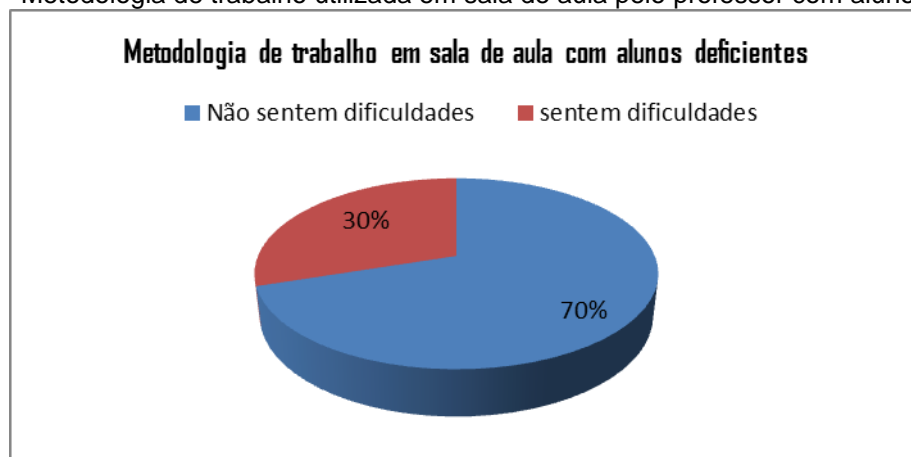
Outrossim, relevante se faz entender o quantitativo de alunos com deficiência matriculados no ensino regular no estado da Paraíba uma vez que fazemos parte dessa Unidade federativa e, entendermos que, as dificuldades

encontradas não são prioridade absoluta do Município mas de todo o estado como afirma Santiago (2012):

Os dados obtidos a partir do Censo Escolar (2010) na Paraíba revelaram que o índice de alunos com deficiência é ainda inexpressivo. Infelizmente no censo não fica contabilizado os números por faixa etária, portanto, não pudemos analisar o percentual de pessoas com deficiência em idade escolar que estão fora da escola, nem os já formados, etc. No entanto, não há como negar que o número é bastante reduzido quando comparamos com o total de pessoas com deficiência na cidade. (SANTIAGO 2012)<sup>3</sup>.

Nesse sentido, o Município de Manaíra também não é diferente, isto se dá muitas vezes pela falta de divulgação das Escolas, pela cultura familiar quando tem filhos ou parentes com algum tipo de deficiência não deixa essas pessoas participarem ativamente no meio social, seja por medo, por insegurança, por vergonha ou até mesmo por superproteção.

**Gráfico 01** – Metodologia de trabalho utilizada em sala de aula pelo professor com aluno deficiente.



Fonte: Autoria própria

Quando indagados sobre as dificuldades enfrentadas em sala de aula com relação aos métodos de ensino e aprendizagem dos alunos, dos 07 entrevistados na pesquisa, 04 responderam não sentem dificuldades e que utilizam varias estratégias de aprendizagem para obter bons resultados de mesmo não tendo uma formação especifica buscam recursos e troca de experiências com outros colegas. Os outros 03 restantes dizem sentirem muita dificuldade em sala de aula uma vez que, não se

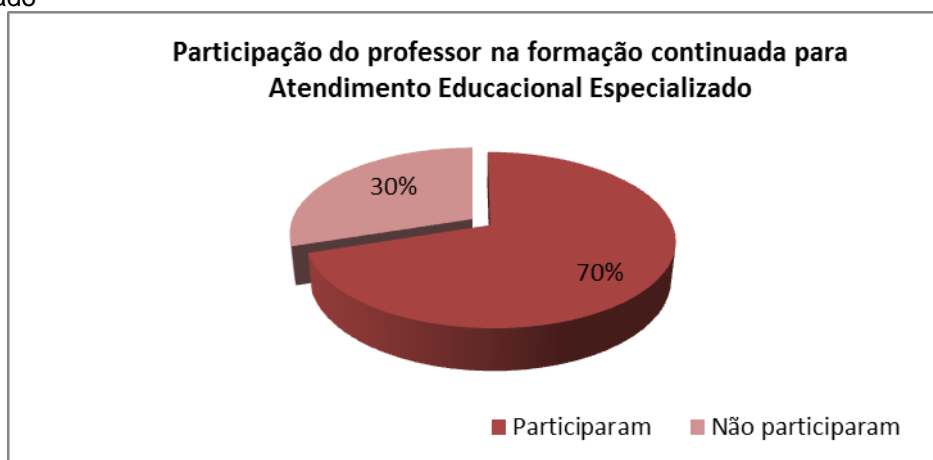
<sup>3</sup> Artigo: Do Censo Demográfico ao Censo Escolar: A triste imagem da exclusão de pessoas com deficiência. Disponível em: <http://profasandrasantiago.blogspot.com.br/2012/11/v-behaviorurldefaultvmlo.html>. Acessado em: 10/09/2014.

identificam com a modalidade educação especial nem tampouco tem formação e o acompanhamento deixa a desejar.

Concordamos com Mittler (2003), quando ele afirma que:

A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional. (MITTLER 2003, p. 35).

**Gráfico 02** – Participação do professor em formação continuada para Atendimento Educacional Especializado



Dos colaboradores da pesquisa, apenas 03 participaram de algum tipo de encontro de formação. O restante nunca participou alegando a falta de oportunidade por motivos diversos fosse por parte da Instituição escolar que não oferecia condições, fosse por questões pessoais. Nesse sentido, acredita-se que, ainda é restrita a formação docente em serviço e que é urgente e necessária uma ação voltada para a educação especial, esta precisa está contemplada no projeto político pedagógico da escola e dá-se maior importância, uma vez que ela, a escola deve está preparada para receber com dignidade os estudantes com deficiência.

Ao indagados se na Escola Monsenhor Sebastião Rabelo existia sala de recurso, os professores entrevistados afirmaram que não tinham conhecimento da existência desta. E que também não acontece um atendimento específico para o público alvo.

Nesse ítem vale ressaltar o que dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização:

I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais. Didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III - Cronograma de atendimento aos alunos;

IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V - Professores para o exercício do AEE;

VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Nesse sentido, tudo parte do projeto Político Pedagógico, este que é documento guia de toda escola e que, deve ser revisado a cada ano.

Quando indagados sobre a realização de encontros na escola com familiares de alunos com deficiências. Todos os professores entrevistado responderam que os encontros acontecem em sua maioria para tratar de assuntos de forma geral, não se detendo apenas aos alunos com necessidades educacionais especiais e que, às vezes é que as mães são chamadas quando necessário à escola. Percebe-se a partir destas respostas que, a Escola necessita cumprir com sua função de inclusão social, uma vez que, mesmo sendo poucos alunos matriculados na Escola, esta deve envolver toda a comunidade para que estes se sintam acolhidos.

Ao perguntar para os alunos de graduação do curso de pedagogia sobre a contemplação em disciplina específica voltada para pessoa com deficiência. Todos os alunos responderam que sim e que pagaram uma disciplina no 7º período cujo tema era Política Nacional Educacional da Pessoa portadora de deficiência.

Porém, não basta cursar a licenciatura de pedagogia para atuar em sala multifuncional, é preciso está habilitado conforme orientações da Resolução



CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial. O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.

As atribuições do professor de AEE contemplam:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistivas na sala de aula comum e ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

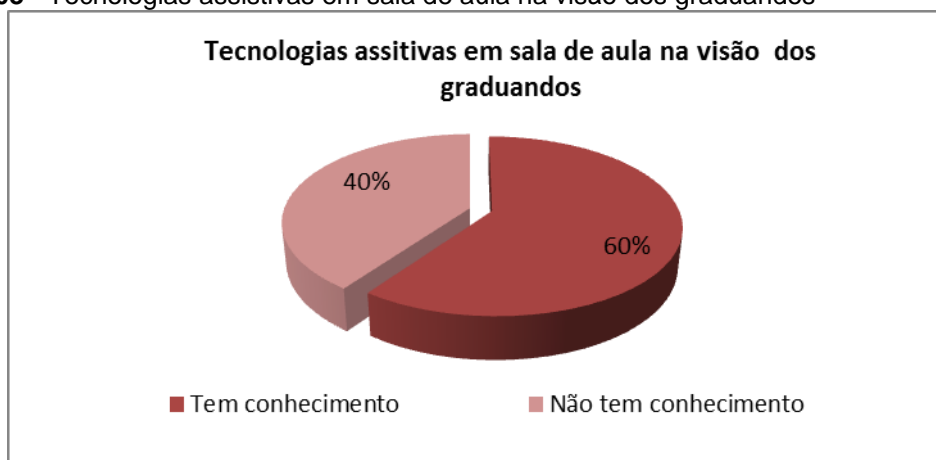
Percebe-se aqui que a Política se faz presente na atualidade nos vários segmentos, sobretudo nos cursos de graduação, seja presencial ou a distancia, uma vez que é uma política nacional de grandes lutas que ultrapassaram gerações. O profissional do futuro precisa está preparado para atuar com segurança nesse campo de conhecimento.

Os avanços tecnológicos norteiam a modernidade, fazendo-se necessário refletir sobre os usos de tais avanços para a área da Educação, sendo inegáveis os benefícios e as mudanças qualitativas que eles produzem na vida das pessoas com necessidades especiais; por exemplo, a utilização de softwares como Virtual Vision e Dos Vox (para cegos) e mais recente o MOTRIX, utilizado para pessoas com deficiência física não sensorial, e

inúmeros outros recursos tecnológicos como acessórios e equipamentos, dentre eles o próprio computador. (SILVA, 2011, p. 48).

Ao serem interpolados sobre o conhecimento das tecnologias assistivas enquanto ferramenta de aprendizagem para as pessoas com deficiências. Dos estudantes de graduação entrevistados, 06 tem conhecimento e apenas 04 desconhecem as tecnologias assistivas voltadas para pessoa com deficiência.

**Gráfico 03** - Tecnologias assistivas em sala de aula na visão dos graduandos



Fonte: Autoria própria

Assim, relevante se faz nos investimentos sobre as tecnologias de educação, não apenas para o aluno com deficiência, mas para toda comunidade escolar, uma vez que, muito dos alunos já tem domínio e trazem esse conhecimento para ser explorado na escola e na sociedade, cabendo assim, o professor se atualizar, já que estamos na “era digital” e não se pode ignorar mais essa realidade.

Ao responderem sobre o processo de inclusão dos filhos na escola, os 03 responsáveis por estes responderam que não, que estes deveriam ter uma atenção especial, pois, mesmo estando matriculados estes deveriam ter a mesma atenção dispensada aos alunos ditos normais. Disseram que é bem verdade que os educadores até tentam fazer com que seus filhos se sintam bem, mas mesmo assim sentem-se incomodados com os alunos alegando que seja talvez, a falta de conhecimento e de causa dos demais alunos sobre as deficiências e, às vezes até são discriminados por algum aluno, sendo caso isolado.

Quando indagados sobre a maior dificuldade que os pais sentiam em relação à deficiência dos filhos, estes responderam varias questões, porém com destaque para três: a falta de uma escola adequada onde eles pudessem aprender independente de sua deficiência e outra, a falta de acessibilidade, uma vez que 03 destas crianças são da zona rural e tudo fica mais difícil e o acompanhamento médicos de algumas especialidades, pois, estas são praticamente sozinhas para cuidar dos filhos e não tem condições físicas, financeira e psicológica para enfrentar tamanha barreira, porém fazem o que podem para dar assistência aos filhos deficientes.

De acordo com a esses dados na pesquisa expressa, entende-se que a práxis pedagógica é mais complexa, uma vez que esta não depende apenas da teoria, mas de todo um sistema onde envolve os diversos segmentos, ficando claro aqui que não basta ter professores capacitados, não basta ter salas de recursos, não basta ter alunos matriculados, é necessária toda uma estratégia de atendimento inclusivo com sensibilidade, pois, o público alvo é carente não só da perfeição física ou intelectual, mas carente de amor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se percebeu neste trabalho, ensinar alunos especiais é um desafio e fazer com que os todos os envolvidos, deficientes ou não se integrem e permaneçam na escola é um fato, fato este que é precisa ser concretizado com a prática da inclusão.

É necessário que se trabalhe adquirindo novas formas, novos métodos e novas aplicações de conhecimento e aprendizagem sempre pensando na contribuição pessoal do aluno, independente da sua deficiência, contribuindo dessa forma para diminuição da desigualdade e da exclusão. É fundamental superar as práticas pedagógicas, ela por si só não bastam, é preciso muito mais, é preciso motivação, amor e dedicação.

Não adianta apenas leis, é necessário que se tenha uma visão ampla da realidade educacional do país, apesar de se falar em educação para todos, temos analisar como essa educação vem acontecendo e se ela está realmente preparada para incluir a todos sem deixar lacunas no que se refere a um trabalho para a diversidade.

De acordo com histórico da Educação Especial, faz-se necessário enfatizar que as pessoas com deficiência foram bastante sacrificadas e que a inclusão acende uma luz nas vidas das pessoas com necessidades educacionais especiais, mas é necessário que a comunidade escolar tenha consciência da problemática que envolve essa questão e que realmente estejam voltadas para uma inclusão e não para o processo de integração como o que aconteceu e acontece nas escolas regulares.

A filosofia da inclusão propõe uma educação de qualidade e igualitária a todos, aceitando as diferenças individuais como atributo e não como obstáculo e valorizando a diversidade para o enriquecimento das pessoas. É muito importante analisar os alunos que frequentam a sala de aula, pois, cada um possuem toda uma história de vida diferente e que os levam para fora da instituição escolar.

Todos, ligados à educação de forma direta ou indireta devem buscar solução para que a inclusão aconteça de forma que contemple o aprendizado de todos os alunos, mesmo sabendo que, nem sempre se consegue a totalidade ao término do

ano letivo, mas que, o compromisso educacional seja uma constante e que se busque sempre a melhoria da educação através de políticas públicas para o bem comum. Desta forma, registram-se aqui as considerações a cerca do tema exposto para todos os leitores.

## REFERÊNCIA

ALMEIDA, Vera Maria de Moura. **Dificuldades Escolares e o Desenvolvimento da Criança**. Revista Interação da Faculdade de Educação da UFG. N. 1-2. jan./dez. 2006.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a turma toda**. Pátio, Porto Alegre, ano 6. 2003.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33. Petrópolis. 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. MEC, Ministério da Educação e Cultura: **Convenção de Guatemala**, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura: **Constituição Federal**. Artigo 205, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura Ministério da Educação e Cultura: **Declaração dos Direitos de Todos**, 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura: **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão**, 1996.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura, **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº. 9.394 1996**.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura, **Parâmetros Curricular Nacional (PCN's) – Apresentação dos Temas Transversais e Ética**, 36 - 40, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth**.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O verde não é o azul listado de amarelo:** considerações sobre o uso da tecnologia na educação/reabilitação de pessoas com deficiência. Texto disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/verde.htm>> acesso em 30/10/2014

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva** – Contextos sociais. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

LANNA Júnior, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 4/2009, - Projeto Político Pedagógico.

SILVA, S. **Políticas Públicas:** educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

SASSAKI, ROMEU KAZUMI. "**Como chamar as pessoas que têm deficiência?**". Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados, ano I, n. 1. Texto atualizado em 2013.

# APÊNDICES



## Apêndice A: Questionário – Estudante de Graduação

Atualmente, a temática Educação Inclusiva está em alta, isto se deve luta da sociedade civil, a Política Nacional da Pessoa com Deficiência e Os Programas existentes nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. Contudo ainda é precária a situação de atendimento qualificado para essa população brasileira. Nesse sentido, o presente questionário faz parte da pesquisa para obtenção de resultados a serem abordados na monografia: **Diferente é ser igual: A inclusão de crianças com necessidades especiais no contexto educacional** do Curso de Especialização pela Universidade Estadual da Paraíba. Portanto, solicitamos sua colaboração para responder as questões abaixo. Os dados aqui colocados serão utilizados para fins estatísticos e qualitativos, preservando assim sua identidade. Desde já agradecemos a colaboração.

Instituição de

Ensino: \_\_\_\_\_

Ano de

graduação: \_\_\_\_\_ Curso: \_\_\_\_\_

Idade: ( ) entre 18 e 25 anos ( ) 25 e 30 anos ( ) 30 a 40 anos ( ) mais de 40 anos

- 1) Na grade curricular da sua Instituição de Ensino tem alguma disciplina que aborda a Política Nacional Educacional da Pessoa com Deficiência Especial? Se ( ) Não sim, qual: \_\_\_\_\_
- 2) Tendo em vista a necessidade de profissionais capacitados e do abrangente mercado de trabalho para esse tipo de profissional quando habilitado, você não gostaria de se especializar para essa área? ( ) Sim ( ) Não. Justifique sua resposta.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 3) Você tem conhecimento sobre as tecnologias assistivas voltadas para a pessoa com deficiência? ( ) Sim ( ) Não
- 4) Sua Instituição de Ensino já promoveu palestra, curso, ou outro evento que abordasse a inclusão da pessoa com deficiência?
- 5) Você sabe como acontece o Atendimento Educacional Especializado à pessoa com deficiência? ( ) Sim ( ) Não
- 6)

## Apêndice B: Questionário – Professor Regente

Atualmente, a temática Educação Inclusiva está em alta, isto se deve luta da sociedade civil, a Política Nacional da Pessoa com Deficiência e Os Programas existentes nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. Contudo ainda é precária a situação de atendimento qualificado para essa população brasileira. Nesse sentido, o presente questionário faz parte da pesquisa para obtenção de resultados a serem abordados na monografia: **Diferente é ser igual: A inclusão de crianças com necessidades especiais no contexto educacional** do Curso de Especialização pela Universidade Estadual da Paraíba. Portanto, solicitamos sua colaboração para responder as questões abaixo. Os dados aqui colocados serão utilizados para fins estatísticos e qualitativos, preservando assim sua identidade. Desde já agradecemos a colaboração.

Professor (a): \_\_\_\_\_

Instituição em que leciona: \_\_\_\_\_

Tempo de Magistério: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Sexo: Mas ( ) Fem ( ).

Idade: ( ) entre 21 e 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) mais de 50 anos

1. Sabe-se uma das grandes dificuldades na atualidade é a metodologia utilizada para trabalhar com as deficiências de alunos em sala de aula. No seu ponto de vista qual seria a maneira mais fácil e adequada para minimizar essa problemática?

\_\_\_\_\_

2. Você já participou de encontro ou curso de formação continuada com o tema Necessidades Educacional Espacial? ( ) Sim ( ) Se não por quê?

\_\_\_\_\_

3. Em sua Escola tem sala de recurso multifuncional ( ) Sim ( ) Não. Se sim como acontece o atendimento ao público alvo?

\_\_\_\_\_

4. Na sua Instituição de Ensino acontecem encontros com as famílias para a sensibilização destas para que crianças, jovens ou adultos estejam matriculadas no ensino regular? ( ) Sim ( ) Não

5. Você se sente preparado (a) para trabalhar com as múltiplas deficiências em seu cotidiano pedagógico?

6. Como é realizado o planejamento didático pedagógico para trabalhar com a pessoa com deficiência? (Caso exista alunos).

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### Apêndice C: Questionário – Família de aluno com deficiência

Atualmente, a temática Educação Inclusiva está em alta, isto se deve luta da sociedade civil, a Política Nacional da Pessoa com Deficiência e Os Programas existentes nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. Contudo ainda é precária a situação de atendimento qualificado para essa população brasileira. Nesse sentido, o presente questionário faz parte da pesquisa para obtenção de resultados a serem abordados na monografia: **Diferente é ser igual: A inclusão de crianças com necessidades especiais no contexto educacional** do Curso de Especialização pela Universidade Estadual da Paraíba. Portanto, solicitamos sua colaboração para responder as questões abaixo. Os dados aqui colocados serão utilizados para fins estatísticos e qualitativos, preservando assim sua identidade. Desde já agradecemos a colaboração.

Nome: Pai, mãe ou responsável pela pessoa com deficiência:

---

Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ).

Residência: Campo ( ) Cidade ( )

1. Seu filho (a) está matriculado na Escola Regular ( ) Sim ( ) Não. Se não Por quê:

2. Qual tipo de deficiência tem seu filho (a)? \_\_\_\_\_ Existe laudo médico comprovando essa deficiência? ( ) Sim ( ) Não.

3. Em sua opinião como deveria ser o atendimento escolar para o aluno com deficiência?

4. Você sente que seu filho (a) está sendo incluído no processo educativo com qualidade de ensino? ( ) Sim ( ) Não. Por que:

5. Seu filho (a) recebe atendimento especializado seja por parte da saúde ou no Atendimento Educacional Especializado no horário oposto à escola regular? ( ) Sim ( ) Não.

6. Qual é a maior dificuldade que você sente com relação à deficiência do seu filho (a)?

7. Seu filho (a) recebe Benefício de Prestação Continuada – BPC pelo INSS? ( ) Sim ( ) Não. Como é utilizado esse benefício?

8. **Se matriculado.** Você considera que seu filho (a) é bem aceito pelos colegas da Escola onde estuda?

9. Que atividade de lazer ou recreação você promove para seu filho se integrar no meio social?

10. A Escola onde seu filho estuda promove encontros para conversas sobre as diversas deficiências dos estudantes ( ) Sim ( ) Não.? Você participa com frequência? ( ) Sim ( ) Não.

**ANEXO**

## Anexo 1 - TEXTO REFLEXIVO

**MARIA TERESA EGLÉR MANTOAN**

### "Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças"

Para a educadora, na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: **respeitar as diferenças**. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa

Uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil, Maria Teresa Mantoan é crítica convicta das chamadas escolas especiais. Ironicamente, ela iniciou sua carreira como professora de educação especial e, como muito não achava possível educar alunos com deficiência em uma turma regular. A educadora mudou de ideia em 1989, durante uma viagem a Portugal. Lá, viu pela primeira vez uma experiência em inclusão bem-sucedida. "Passei o dia com um grupo de crianças que tinha um enorme carinho por um colega sem braços nem pernas", conta. No fim da aula, a professora da turma perguntou se Maria Teresa preferia que os alunos cantassem ou dançassem para agradecer a visita. Ela escolheu a segunda opção. "Na hora percebi a mancada. Como aquele menino dançaria?" Para sua surpresa, um dos garotos pegou o colega no colo e os outros ajudaram a amarrá-lo ao seu corpo. "E ele, então, dançou para mim." Na volta ao Brasil, Maria Teresa que desde 1988 é professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas deixou de se concentrar nas deficiências para ser uma estudiosa das diferenças. Com seus alunos, fundou o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade. Para ela, uma sociedade justa e que dê oportunidade para todos, sem qualquer tipo de discriminação, começa na escola.

#### **O que é inclusão?**

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

#### **Que benefícios a inclusão traz a alunos e professores?**

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para nós, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação.

**O que faz uma escola ser inclusiva?**

Em primeiro lugar, um bom projeto pedagógico, que começa pela reflexão. Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados. A equipe da escola inclusiva deve discutir o motivo de tanta repetência e indisciplina, de os professores não darem conta do recado e de os pais não participarem. Um bom projeto valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas. Como as atividades são selecionadas e planejadas para que todos aprendam? Atualmente, muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições. E isso vale para os estudantes com deficiência ou não.

**Como está a inclusão no Brasil hoje?**

Estamos caminhando devagar. O maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. A nossa Constituição garante desde 1988 o acesso de todos ao Ensino Fundamental, sendo que alunos com necessidades especiais devem receber atendimento especializado preferencialmente na escola, que não substitui o ensino regular. Há outra questão, um movimento de resistência que tenta impedir a inclusão de caminhar: a força corporativa de instituições especializadas, principalmente em deficiência mental. Muita gente continua acreditando que o melhor é excluir, manter as crianças em escolas especiais, que dão ensino adaptado. Mas já avançamos. Hoje todo mundo sabe que elas têm o direito de ir para a escola regular. Estamos num processo de conscientização.

**A escola precisa se adaptar para a inclusão?**

Além de fazer adaptações físicas, a escola precisa oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. Assim, uma criança cega, por exemplo, assiste às aulas com os colegas que enxergam e, no contra turno, treina mobilidade, locomoção, uso da linguagem braile e de instrumentos como o soroban, para fazer contas. Tudo isso ajuda na sua integração dentro e fora da escola.

**Como garantir atendimento especializado se a escola não oferece condições?**

A escola pública que não recebe apoio pedagógico ou verba tem como opção fazer parcerias com entidades de educação especial, disponíveis na maioria das redes. Enquanto isso, a direção tem que continuar exigindo dos dirigentes o apoio previsto em lei. Na particular, o serviço especializado também pode vir por meio de parcerias e deve ser oferecido sem ônus para os pais.

**Estudantes com deficiência mental severa podem estudar em uma classe regular?**

Sem dúvida. A inclusão não admite qualquer tipo de discriminação, e os mais excluídos sempre são os que têm deficiências graves. No Canadá, vi um garoto que ia de maca para a escola e, apesar do raciocínio comprometido, era respeitado pelos colegas, integrado à turma e participativo. Há casos, no entanto, em que a criança não consegue interagir porque está em surto e precisa ser tratada. Para que o professor saiba o momento adequado de encaminhá-la a um tratamento, é importante manter vínculos com os atendimentos clínico e especializado.

**A avaliação de alunos com deficiência mental deve ser diferenciada?**

Não. Uma boa avaliação é aquela planejada para todos, em que o aluno aprende a analisar a sua produção de forma crítica e autônoma. Ele deve dizer o que aprendeu, o que acha interessante estudar e como o conhecimento adquirido modifica a sua vida. Avaliar estudantes emancipados é, por exemplo, pedir para que eles próprios inventem uma prova. Assim, mostram o quanto assimilaram um conteúdo. Aplicar testes com consulta também é muito mais produtivo do que cobrar decoreba. A função da avaliação não é medir se a criança chegou a um determinado ponto, mas se ela cresceu. Esse mérito vem do esforço pessoal para vencer as suas limitações, e não da comparação com os demais.

**Um professor sem capacitação pode ensinar alunos com deficiência?**

Sim. O papel do professor é ser regente de classe, e não especialista em deficiência. Essa responsabilidade é da equipe de atendimento especializado. Não pode haver confusão. Uma criança surda, por exemplo, aprende com o especialista em libras (língua brasileira de sinais) e leitura labial. Para ser alfabetizada em língua portuguesa para surdos, conhecida como L2, a criança é atendida por um professor de língua portuguesa capacitado para isso. A função do regente é trabalhar os conteúdos, mas as parcerias entre os profissionais são muito produtivas. Se na turma há uma criança surda e o professor regente vai dar uma aula sobre o Egito, o especialista mostra à criança com antecedência fotos, gravuras e vídeos sobre o assunto. O professor de L2 dá o significado de novos vocábulos, como pirâmide e faraó. Na hora da aula, o material de apoio visual, textos e leitura labial facilitam a compreensão do conteúdo.

**Como ensinar cegos e surdos sem dominar o braile e a língua de sinais?**

É até positivo que o professor de uma criança surda não saiba libras, porque ela tem que entender a língua portuguesa escrita. Ter noções de libras facilita a comunicação, mas não é essencial para a aula. No caso de ter um cego na turma, o professor não precisa dominar o braile, porque quem escreve é o aluno. Ele pode até aprender, se achar que precisa para corrigir textos, mas há a opção de pedir ajuda ao especialista. Só não acho necessário ensinar libras e braile na formação inicial do docente.

**O professor pode se recusar a lecionar para turmas inclusivas?**

Não, mesmo que a escola não ofereça estrutura. As redes de ensino não estão dando às escolas e aos professores o que é necessário para um bom trabalho. Muitos evitam reclamar por medo de perder o emprego ou de sofrer perseguição. Mas eles têm que recorrer à ajuda que está disponível, o sindicato, por exemplo, onde legalmente expõem como estão sendo prejudicados profissionalmente. Os pais e os líderes comunitários também podem promover um diálogo com as redes, fazendo pressão para o cumprimento da lei.

**Há fiscalização para garantir que as escolas sejam inclusivas?**

O Ministério Público fiscaliza, geralmente com base em denúncias, para garantir o cumprimento da lei. O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, atualmente não tem como preocupação punir, mas levar as escolas a entender o seu papel e a lei e a agir para colocar tudo isso em prática.